

Educação: Avaliação de desempenho docente garante ao país que não há progressões automáticas - ministra

Número de Documento: 9941144

Lisboa, Portugal 24/07/2009 17:38 (LUSA)

Temas: Educação, Escolas, professores, Sindicatos, ministros, Parlamento, Partidos e movimentos

Lisboa, 24 Jul (Lusa) - A ministra da Educação afirmou hoje que a avaliação de desempenho permite garantir ao país que não há progressões automáticas entre os professores, acrescentando que, apesar da sua aplicação ter sido "difícil, conflituosa e turbulenta", produziu "resultados positivos".

Durante uma audição na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, Maria de Lurdes Rodrigues defendeu que "o pior que poderia ter acontecido" era a suspensão da avaliação de desempenho, sublinhando que o Governo "deu a garantia ao país de que não há progressões automáticas".

"Este processo, apesar de difícil, conflituoso e turbulento, chegou a resultados positivos. A avaliação é hoje um facto incontornável nas escolas, a progressão deixou de ser automática e há uma diferenciação dos professores. Nada disto existia", afirmou a ministra.

Durante a audição, toda a oposição criticou a manutenção do regime simplificado de avaliação para o próximo ano, aprovada quinta-feira em Conselho de Ministros, acusando o Ministério da Educação de fazer leituras erradas dos relatórios que foram sendo conhecidos sobre esta matéria.

"Como justifica a insistência num modelo recauchutado, mesmo depois do primeiro-ministro ter dito que era um erro? Não considera este modelo profundamente injusto?", questionou o deputado comunista João Oliveira.

Pelo PSD, Pedro Duarte afirmou que o relatório da OCDE "não é elogioso, nem positivo" e acusou o Governo de ter "falhado" nesta matéria. Pedro Mota Soares, do CDS/PP, considerou que em relação à avaliação foi uma ano lectivo "perdido".

"Já ninguém atribui a este modelo credibilidade ou vida futura. É inacreditável que o Ministério persista neste erro", afirmou, por seu turno, a deputado do Bloco de Esquerda Ana Drago.

Durante a discussão, a ministra Maria de Lurdes Rodrigues reiterou que nenhum professor será prejudicado no primeiro ciclo avaliativo, uma vez que os efeitos negativos estão suspensos até nova avaliação.

Quanto à manutenção do regime simplificado, a ministra justificou a decisão com a necessidade de dar "todo o tempo à reflexão técnica e à negociação".

MLS.

Lusa/Fim